

Exame

01-09-2013

Periodicidade: Mensal**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 43817**Temática:** Economia**Dimensão:** 1971**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 20 a 25**GRANDE ENTREVISTA**

“TEMOS TIDO MAIS
AUSTERIDADE
ESTÚPIDA DO QUE
AUSTERIDADE
INTELIGENTE”

Augusto Mateus

O Governo poderia ter ido mais longe na reforma do Estado, mas a austeridade devia ter andado a par com medidas para defender o emprego e ajudar as empresas a mudar, defende o economista e ex-ministro da Economia

Sónia M. Lourenço Foto Nuno Fox

Exame

01-09-2013

Periodicidade: Mensal

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 43817

Temática: Economia

Dimensão: 1971

Imagem: S/Cor

Página (s): 20 a 25



GRANDE ENTREVISTA

A

ugusto Mateus não tem dúvidas: na guerra entre austeridade e crescimento, “era preciso estar do lado da combinação das duas”. O Governo, contudo, “só pensou em austeridade”. Defende que “não é pela competitividade dos salários que vamos expandir as exportações”, mas pela inovação e diferenciação. E aponta o investimento como variável-chave para a recuperação da economia.

Começam a surgir sinais positivos na economia portuguesa, como o recuo do desemprego e o crescimento do PIB. O pior já passou?

Aproximamo-nos do fim do período destrutivo da crise. É como se nos empurrassem por uma escada abaixo: há uma fase em que vamos caindo muito depressa e outra em que caímos cada vez mais devagar, até que finalmente encontramos um degrau em que nos conseguimos firmar. Não se passa automaticamente à recuperação, mas é importantíssimo do ponto de vista da mudança da atitude e das condições para chegar ao fim do memorando de entendimento.

Mesmo que haja alteração das metas?

Sim. Tenho defendido uma posição diferente daquela que parece ter mais simpatia: teria sido melhor um ajustamento mais rápido, para podermos ter uma recuperação sólida. Confundi-se muito ajustamento com recuperação. Ajustamento é cortar com os males pela raiz. Estávamos com défices, externo e público, elevadíssimos, o país ficou numa situação de pré-bancarrotas. Era importantíssimo fechar o que estava errado e criar condições de financiamento que permitissem a recuperação, que é a que resolve o problema.

Qual é o problema de fundo?

É um problema de solvabilidade. De confiança na capacidade de a economia portuguesa crescer. Este crescimento, aliás, tem de ser quase inteiramente novo em relação ao que tínhamos tido. O nosso crescimento foi todo virado para dentro. Tudo isto mudou. Toda a gente já percebeu que vamos ter um crescimento mais virado para fora, baseado nas exportações. Essas exportações precisam de ser competitivas em novas bases, não podem ser competitivas na base do custo do trabalho. Não é pela competitividade dos salários que Portugal vai expandir as exportações.

Como poderá Portugal dinamizar as exportações?

É pela competitividade não custo, misturando inovação com diferenciação. No turismo, por exemplo, as regiões que estão a crescer em Portugal são exatamente aquelas que conseguem misturar capacidade



de inovação com cultura, património e recursos. É o caso de Lisboa, Porto, Douro, Alentejo Litoral e Açores. Ao contrário, Algarve e Madeira têm dificuldades em manter a competitividade porque não têm renovado os produtos turísticos. Também no sector agroalimentar temos feito um percurso muito interessante a exportar produtos diferenciados, que têm valor acrescentado. O nosso caminho é vender valor acrescentado. Claro que não podemos dizer ‘somos muito criativos e podemos pagar qualquer tipo de salários’. Temos de ter muito cuidado com a evolução dos salários. Mas depois de a riqueza ser criada, e não antes, podemos ter uma melhoria sustentada dos salários.

A austeridade é inevitável para o país?

Devíamos até ter ido muito mais longe do ponto de vista da reforma do Estado logo no início do ajustamento. Temos de ser eficientes. E a eficiência tem de ser determinada não porque temos aqueles empregos, mas porque temos determinadas necessidades. O que é determinante é a procura, não é a oferta. A oferta tem

Exame

01-09-2013

Periodicidade: Mensal**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 43817**Temática:** Economia**Dimensão:** 1971**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 20 a 25

Da academia à consultoria

Nome

Augusto Mateus

Função

Economista e professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão
Presidente da sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados

Currículo

É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e fez estudos de pós-graduação na Universidade de Paris X, em Economia dos Recursos Humanos e Economia Internacional. Foi secretário de Estado da Indústria e ministro da Economia do governo de António Guterres, tendo lançado o programa de regularização de dívidas ao Estado que ficou conhecido como Plano Mateus

Família

Com 63 anos (feitos em agosto), tem duas filhas e três netos

de se ajustar à procura. Também era importante fugir de outro erro que se cometeu: tentar distribuir o mal pelas aldeias. A ideia dos cortes lineares, tipo mesa de marceneiro: cortar dois centímetros a tudo. Cortar 10% a tudo. Foi um erro. Era melhor ter feito uma redução mais drástica, estabelecendo limites sociais claros. Eu estabeleceria desde o princípio a regra de não tocar nos rendimentos abaixo dos 700 a 750 euros. As medidas de austeridade tentam induzir um ajustamento na economia, para que a despesa seja mais inteligente, rigorosa e equilibrada com a nossa capacidade de gerar riqueza. Tem de ser assim no Estado, famílias e empresas. E as medidas de acompanhamento não foram minimamente pensadas. Veja-se a forma como se mexeu na fiscalidade, aumentando o IVA.

Que medidas de acompanhamento faltaram?

Todas as que não deixariam que fosse o emprego a variável a sofrer tudo no ajustamento. Temporariamente, teria sido muito melhor criar maior equilíbrio no ajustamento entre volume de emprego e nível salarial.

Permitindo uma redução dos salários?

Como o mundo moderno fez noutras crises, onde era impossível, sem medidas extraordinárias, fazer face a quebras dramáticas da procura. É preferível limitar o dano no emprego, porque quando as pessoas caem no desemprego é difícil recriar esses postos de trabalho. Ter-me-ia agradado que o ex-ministro Vítor Gaspar, em vez de dizer que ficou surpreendido com o desemprego, enfrentasse a situação e a corrigisse. E não se demitisse.

A economia corre o risco de voltar a cair?

Corre. Nada está garantido, porque o país não mudou muito. O Estado não se reformou, as empresas não refizeram o seu modelo competitivo, as famílias são provavelmente quem está mais à frente, mas estão longe de ter completado o ajustamento do seu modelo de consumo. Um bom programa de política económica só começa a pensar a austeridade depois de ter pensado na reforma do Estado – um novo Estado, baseado em serviços, e não em emprego, equipamentos e infraestruturas – num novo modelo de consumo sustentável –, com menos dívida por parte das famílias – e num novo modelo competitivo –, com capitalização das empresas. Até porque para exportar é preciso muito mais capacidade financeira do que para vender no mercado interno.

Repensar o Estado levanta uma grande questão: o que é que se faz aos funcionários públicos?

Vejo mais medo em Portugal em relação à solução

GRANDE ENTREVISTA

► do que em relação ao problema. Há uma ilusão de que as coisas tal como as conhecemos podem continuar eternamente.

Enão podem?

Há uma evidência de que as coisas não podem continuar da mesma maneira. As pessoas que estão reformadas revoltam-se contra as alterações daquilo que pensavam que era o contrato social que tinham. Pensavam que o Estado podia honrar até ao fim da sua vida os compromissos legais e constitucionais ligados às pensões, mas verificam agora que não há base económica para isso e sentem-se muito prejudicadas e mesmo indignadas. Mas os mais jovens acham que não irão ter qualquer reforma. E ainda se sentem mais indignados e revoltados.

Como é que podemos unir os cidadãos? As posições parecem irreconciliáveis.

Oferecendo uma reforma sustentável, credível, do sistema de pensões e das prestações sociais. Devíamos ter prestações sociais em que entrassem menos pessoas, mas fossem mais generosas. Deixar entrar muita gente e depois a prestação não fazer qualquer diferença é quase esbanjar dinheiro.

É inevitável mexer nas pensões de reforma?

É inevitável e é uma questão essencial para a Europa e para Portugal. Mas há maneiras diferentes de o fazer. Há austeridade inteligente e há austeridade estúpida. E acho que temos tido mais da segunda do que da primeira. É preciso mexer nas pensões, mas é preciso fazê-lo com justiça. Temos pensões exageradíssimas. Temos sectores de atividade e empresas com sistemas de pensões desequilibrados em relação ao sistema de pensões geral e temos um desequilíbrio entre o sistema de pensões dos funcionários públicos e do sector privado. Toda a gente compreenderia que se pusesse ordem nisto. Mas não pode ser 'faça-se lá uma reforma do Estado para 4700 milhões'. Não. Fazem-se reformas que originam ganhos de eficiência e correções de desigualdades, que se traduzem em poupanças. Mas que se veem no fim, e não no princípio.

De que Estado precisamos?

Acredito sinceramente no papel do Estado numa sociedade moderna, mas como um Estado organizado para promover equidade e eficiência. Isto é, para garantir aquilo que só o Estado pode garantir e para equilibrar os mercados de forma que nos satisfaça democraticamente, isto é, com nível elevado de criação de riqueza e de emprego mas com coesão territorial e social. E para isso têm de ser regulados, com regras do jogo definidas e com entidades que zelam pelo cumprimento dessas regras. Só assim iremos incentivar

uma sociedade e uma economia de iniciativa, de risco, mais inovadora e, portanto, mais capaz de viver no mundo desafiante de hoje.

Como viu a remodelação governamental? Abre um novo ciclo na governação?

O Governo não foi capaz de montar um programa de ação coerente e credível. E, portanto, somou dificuldades, insucessos, e também enfrentou um conjunto de formas variadas de oposição política, em todas as instituições onde há política.

Está a incluir o Tribunal Constitucional nessas instituições?

Incluo tudo. A democracia é assim. É feita da combinação de poderes e do respeito por eles. As eleições em democracia não apuram a verdade, apuram quem tem o direito e o dever de governar. O que ficou desta primeira fase da governação foi uma ideia, que o Presidente da República não deixou de vincar, embora tardiamente, porque era clara há mais de um ano: é impossível honrar os compromissos e acelerar a entrada num período de recuperação sem uma base social e política mais larga para algumas medidas essenciais. Convém não ter ilusões: temos de ter um acordo entre o CDS, o PSD e o PS para as medidas essenciais mais difíceis, sob pena de não ser possível fazer a recuperação, que vai além dos tempos eleitorais.

Esse acordo parece-lhe possível?

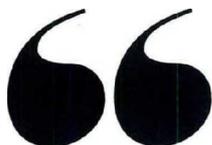
Na política, o que parece impossível num dia, no dia seguinte acontece.

Quais terão de ser, agora, as prioridades deste Governo?

Um dos principais erros deste Governo e do ex-ministro Vítor Gaspar foi achar que podia fazer o ajustamento financeiro sem o económico. Só se pode ter sucesso, dentro da crise que Portugal tem, com uma política económica com duas dimensões. Primeiro, uma dimensão empresarial, de investimento e criação de riqueza, que seja eficaz no combate à principal causa da crise, que é a falta de competitividade. E, segundo, ter um conjunto de medidas financeiras sem as quais a economia não funciona. Precisávamos de política económica global, onde a componente Ministério das Finanças e Ministério da Economia fizessem sentido, fossem coerentes e colaborassem.

Essa colaboração entre ministérios aconteceu?

Não aconteceu, porque a opção foi claramente pelo lado financeiro, acreditando que por aí se resolvia o problema, tanto pelo lado do Estado, como pelo lado das empresas. As mais débeis abriam falência, ficando as mais sólidas, as que têm mais acesso a crédito in-



Convém não ter ilusões: temos de ter um acordo entre o CDS, o PSD e o PS para as medidas essenciais mais difíceis, sob pena de não ser possível fazer a recuperação

ternacional, e as que exportam iriam viver melhor do que as outras, e assim fazia-se a inversão da economia portuguesa. Ora, esta inversão não se faz assim, não se faz pela destruição, faz-se pela construção. É isso que está errado na política que foi seguida.

O que resta a Portugal para financiar o investimento é o quadro comunitário 2014-2020? Já considerou os 25 anos de Portugal na Europa um semifalhanço. O copo está meio cheio ou meio vazio?

Usei o termo semifalhanço para pôr o copo meio vazio, para acentuar que há falhanços significativos. Também usei a expressão 'muitas andorinhas, mas que não fazem a primavera', para não diminuir o que de muito positivo se fez. Há empresas e regiões que fizeram uma evolução extraordinária. Mas isso não configura a mudança do país.

Não conseguimos sair da situação de país da coesão. O que correu mal?

O primeiro problema foi prestar mais atenção à coesão do que à competitividade. A coesão é importante, mas tem de ser sustentável. Os fundos estruturais começaram a ser mal utilizados quando não os usámos para promover a capacidade de gerar riqueza. Segundo, houve uma dispersão total e absoluta em múltiplos projetos. A gestão dos fundos pode-se equiparar a uma máquina para fatiar fiambre que parte os fundos tão fininhos que dão para chegar a todo o país mas não dão para mudar nada. E fica tudo na mesma. Se usarmos os fundos estruturais em investimentos muito pequenos, repetitivos, sem massa crítica, não vamos puxar o país para a frente. E, terceiro, as coisas correram mal quando achámos que o progresso de uma região é uma autoestrada que a liga a outra autoestrada, em vez de ser a valorização dos recursos endógenos e a melhoria da sua atratividade para investir, trabalhar, viver e visitar.

Quais são os grandes desafios para o ciclo 2014-2020 em Portugal?

O grande desafio é usar os fundos estruturais para promover a internacionalização e a competitividade da economia portuguesa. É preciso, como está previsto, um programa nacional para estimular a competitividade e a internacionalização das empresas.

Segundo, é necessário grande força em intervenções para estimular as regiões e a sua base empresarial de forma descentralizada, dando-lhes condições para que se diferenciem.

Terceiro, criar mais instrumentos para estimular a colaboração entre as empresas e destas com centros de investigação e tecnológicos e o mundo académico. Também tenho insistido muito em que devemos apoiar empresas, e não folhas de cálculo. Quem investe são as empresas, o projeto é apenas a forma através da qual a companhia investe e os incentivos são concedidos. Passamos a vida a falar de sectores: este é bom, aquele é mau, este é estratégico, aquele não o é. O mundo, hoje, não são sectores, são atividades ao longo de cadeias de valor fragmentadas à escala global, e o que interessa é a atividade que fazemos, onde nos posicionamos nessa cadeia de valor.

O último desafio é encontrar uma nova forma de financiar os investimentos associados aos fundos estruturais. Financiámos os investimentos muito na base, simplificando, um terço de capital próprio, um terço de crédito bancário e um terço de fundos estruturais. Essa lógica está perdida. Não há crédito bancário nem há força financeira suficiente nas empresas, porque estão descapitalizadas. É preciso montar um novo modelo, indo mais longe no capital de risco a sério. A política de gestão dos fundos estruturais, a política de promoção do investimento e o aproveitamento desta nova conjuntura que se está a desenhar é o terreno decisivo para que possamos entrar numa recuperação com possibilidade de termos sucesso. Ou não. 